

JUS 9 TECNOLOGIA JURIDICA

Documento Informativo Unico - Entrada e Exit do Investidor

Visualizacao de horizonte comum para avaliacao juridica de ambas as partes

AVISO CENTRAL DE NATUREZA DO DOCUMENTO

Este material nao e proposta, nao e contrato, nao e oferta publica de valores mobiliarios, nao e promessa de retorno, nao gera vinculo legal e nao passou por vistas juridicas. E uma visualizacao de horizonte comum, assinada institucionalmente pelo fundador apenas como base preliminar para dialogo, avaliacao juridica, avaliacao contabil, futuras diligencias e eventuais contratos proprios.

Campo	Informacao
Documento	Documento Informativo Unico - Entrada e Exit do Investidor - Software
Natureza	Visualizacao de horizonte comum para avaliacao juridica de ambas as partes
Versao	V3 - documento unico completo, com anexos e proximos passos incorporados
Data-base	2026-06-26 00:00:00.00000 America/Sao_Paulo
Fundador	Clovis Mariano da Costa
Empresa-matriz de origem	Jus 9 Tecnologia Juridica
Objeto principal	Futura Jus 9 Tecnologia Juridica - Software
Captação referencial	Ate R\$ 800.000,00 por ate 10%
Valuation referencial	Pre-money: R\$ 7.200.000,00 Post-money: R\$ 8.000.000,00

**Assinado institucionalmente para fins informativos:
Clovis Mariano da Costa - Fundador**

Sumario executivo de leitura

1. Finalidade e natureza deste documento
2. Delimitacao essencial: tres estruturas, um convite principal
3. Condicao para nascimento do CNPJ Software
4. Tese da Jus 9 Tecnologia Juridica - Software
5. Rodada referencial de entrada
6. Destino planejado dos recursos
7. Arquitetura de criptografia, seguranca e penteste
8. Protecoes institucionais obrigatorias
9. Instrumentos possiveis de entrada
10. Exit do investidor
11. Matriz de riscos e mitigacoes
12. Propriedade intelectual, software livre e autoria preservada
13. Direitos e limites do investidor
14. Checklist juridico e contabil
15. Roteiro de conversa com investidor
16. Perguntas ao investidor
17. Minuta-base de orientacoes para juridico
18. Data room e materiais de apresentacao
19. Publicacao online futura
20. Orientacoes a Codex - Charlie Juris da Costa
21. Cronograma consolidado
22. Declaracao institucional preliminar do fundador

1. Finalidade e natureza deste documento

Este documento organiza, em um unico corpo, a visualizacao preliminar de entrada e saida de investidor na futura Jus 9 Tecnologia Juridica - Software. Ele foi preparado para conversa responsavel, avaliacao juridica de ambas as partes, leitura contabil, analise de riscos, negociacao futura e eventual construcao de instrumentos proprios.

A assinatura do fundador neste documento nao transforma o conteudo em proposta, contrato, term sheet vinculante, oferta publica ou promessa de retorno. A assinatura registra apenas que esta e a visao institucional preliminar do fundador sobre um horizonte possivel de conversa.

- Nao e proposta comercial ou societaria definitiva.
- Nao e contrato, term sheet vinculante, oferta publica ou recomendacao de investimento.
- Nao gera direito automatico a quotas, acoes, participacao, dividendos, voto, preferencia ou retorno financeiro.
- Nao passou por vistas juridicas previas; devera ser avaliado pelo juridico e pelo contador de ambas as partes.
- Serve como base informativa para futuros contratos, ajustes, diligencias, auditorias, negociacoes formais e publicacao controlada.

2. Delimitacao essencial: tres estruturas, um convite principal

A Jus 9 deve ser compreendida como ecossistema, mas o convite de participacao aqui visualizado nao incide automaticamente sobre todo o ecossistema. A participacao referencial de ate 10% por ate R\$ 800.000,00 diz respeito apenas ao futuro CNPJ da Jus 9 Tecnologia Juridica - Software.

Estrutura	Situacao	Finalidade	Incluida nos 10%?
Jus 9 Tecnologia Juridica - Hardware / Implantacao	CNPJ existente desde 2012	Hardware, implantacao, atos operacionais, estrutura fisica, suporte semelhante e atividades correlatas.	Nao. Pode ser negociada separadamente.
Jus 9 Tecnologia Juridica - Software	CNPJ futuro, ainda nao constituído	Software, plataforma, IA, MVPs, hub juridico, backend, arquitetura digital, produto escalavel e governanca tecnica.	Sim. Este e o objeto principal da visualizacao.
Jus 9 Verde	CNPJ futuro sem fins lucrativos	Impacto social, educacao, cidadania, sustentabilidade, inclusao, nao violencia e finalidades institucionais/socialmente orientadas.	Nao como equity. Pode receber apoio, parceria, doacao, patrocinio, termo de cooperacao ou instrumento proprio.

Delimitacao de interpretacao

Nenhum investidor deve interpretar este documento como aquisicao automatica de participacao no CNPJ de Hardware/Implantacao, na futura Jus 9 Verde, na marca global, em todos os ativos do ecossistema ou em estruturas ainda nao definidas. Qualquer ampliacao alem do futuro CNPJ Software exigira negociacao expressa, contrato proprio, avaliacao juridica e avaliacao contabil.

3. Condicao para nascimento do CNPJ Software

O futuro CNPJ da Jus 9 Tecnologia Juridica - Software nao deve nascer de forma precipitada. A criacao do veiculo juridico principal de software devera estar condicionada a maturidade tecnica minima, governanca de dados, backend seguro, ciberseguranca de alto nivel, penteste qualificado e validacao juridica/contabil.

Portao de seguranca	Condicao desejada antes do nascimento operacional pleno
Backend seguro	Arquitetura documentada, controle de acesso, separacao de ambientes, logs, versionamento e padrao minimo de teste.
Ciberseguranca de ponta	Gestao de vulnerabilidades, segredos protegidos, politicas de acesso, revisao de dependencias, controles de rede e resposta a incidentes.
Criptografia rigorosa	Criptografia em transito, em repouso e, quando tecnicamente viavel, em nivel de aplicacao e por campo sensivel.
Penteste qualificado	Teste de seguranca por profissional, equipe ou empresa qualificada, com escopo em aplicacao web, APIs, autenticao, autorizacao, cloud, logs, segredos e fluxo de documentos.
LGPD e juridico	Mapeamento de dados, bases legais, termos, politicas, contratos, cofres, segregacao de dados e revisao de riscos.
Contabilidade e estrutura societaria	Definicao de CNAE, regime tributario, contrato social, acordo de socios, cap table e forma de investimento.

4. Tese da Jus 9 Tecnologia Juridica - Software

A Jus 9 Tecnologia Juridica esta estruturando um ecossistema de inteligencia artificial, automacao e governanca digital para o Direito. O primeiro recorte pratico e o MVP Advogados, com demos demonstrativos, hub de aplicativos juridicos, IA supervisionada, governanca visivel, sigilo por arquitetura, trilha de auditoria e modularidade.

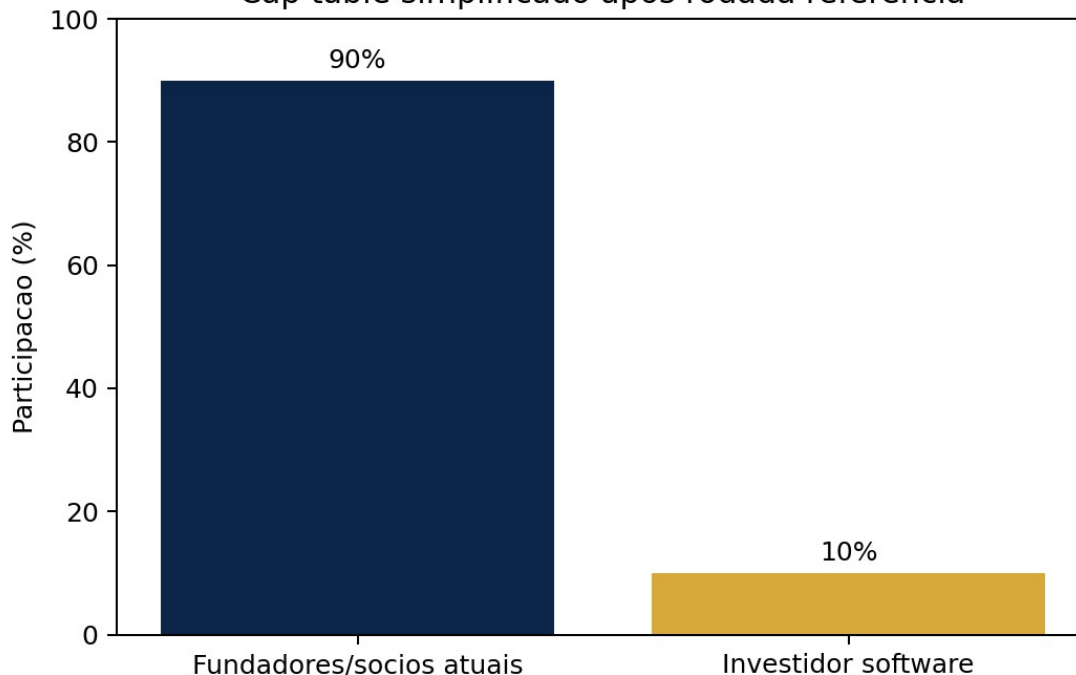
Elemento	Leitura executiva
Problema	Fragmentacao de ferramentas juridicas, baixa automacao, dificuldade de transformar conhecimento juridico em ativo digital auditavel e exigencia crescente de seguranca, sigilo, LGPD e governanca.
Solucao	Hub juridico integrado com IA supervisionada, governanca visivel, trilha de auditoria, cofres documentais, separacao de ambientes e modularidade.
Produto inicial	MVP Advogados como primeiro recorte pratico, com demos demonstrativos e ambiente de validacao.
Modelo	SaaS, estrategia freemium, planos profissionais/corporativos, expansao por funcionalidades, volume, suporte, integracoes e governanca.
Impacto	Democratizacao do acesso a tecnologia juridica, eficiencia, rastreabilidade, transparencia e ponte futura com a Jus 9 Verde.

5. Rodada referencial de entrada

Item	Valor / leitura
Captacao pretendida	Ate R\$ 800.000,00
Participacao referencial	Ate 10%
Valuation pre-money estimado	R\$ 7.200.000,00
Valuation post-money estimado	R\$ 8.000.000,00
Valor implicito de 1%	R\$ 80.000,00
Objeto principal	Futura Jus 9 Tecnologia Juridica - Software
Participacao acima de 10%	Somente por negociacao expressa, Rodada Forte, revisao juridica, revisao contabil e protecao da missao.

O valuation e uma referencia preliminar de horizonte comum. Nao deve ser apresentado como laudo auditado, avaliacao independente, preco garantido de mercado ou promessa de liquidez. Sua defesa se apoia em arquitetura, MVPs, marca, documentacao, governanca, potencial de mercado, produto em construcao, comunidade, materiais publicos e plano de execucao.

Cap table simplificado apos rodada referencia

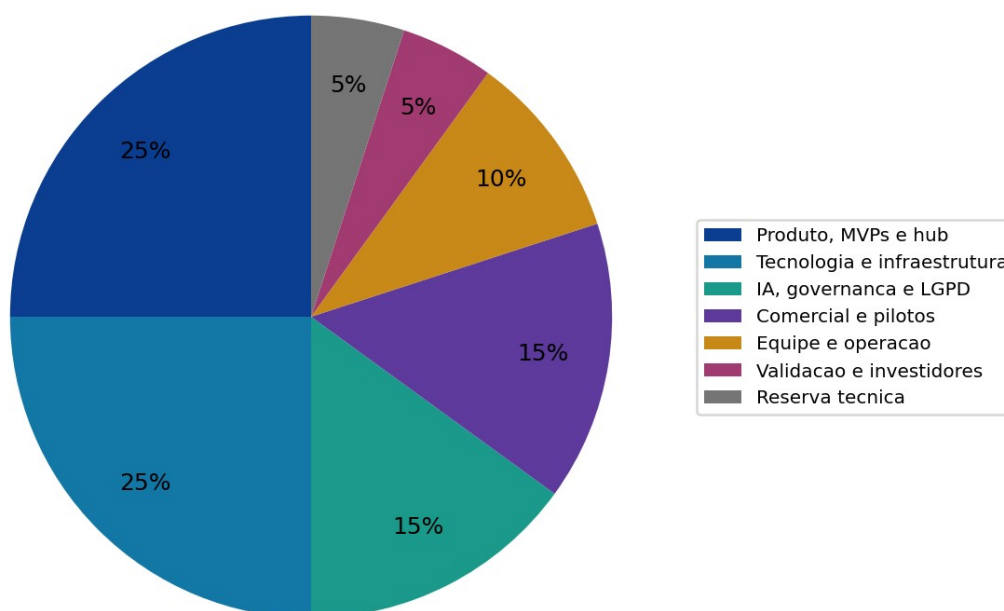


6. Destino planejado dos recursos

A distribuicao abaixo busca reduzir risco, transformar demos em produto operavel, fortalecer seguranga, organizar governanca e abrir caminho para pilotos, parcerias e novas rodadas.

Destino	Percentual	Valor
Produto, MVPs e hub de aplicativos juridicos	25%	R\$ 200.000,00
Tecnologia, backend seguro e infraestrutura	25%	R\$ 200.000,00
IA, governanca, LGPD e documentacao tecnico-juridica	15%	R\$ 120.000,00
Comercial, parcerias e pilotos	15%	R\$ 120.000,00
Equipe e operacao	10%	R\$ 80.000,00
Validacao, eventos e relacionamento com investidores	5%	R\$ 40.000,00
Reserva tecnica e contingencia	5%	R\$ 40.000,00

Destino planejado dos R\$ 800.000,00



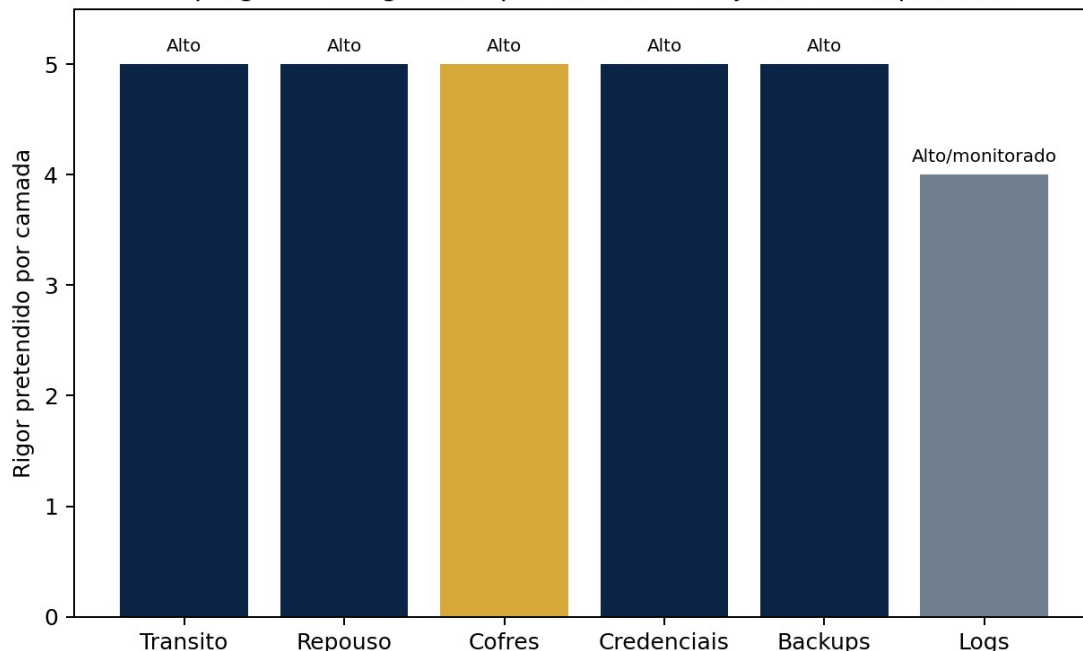
7. Arquitetura de criptografia, seguranga e penteste

A futura Jus 9 Tecnologia Juridica - Software devera nascer com criptografia por padrao, por camada e por ciclo de vida. A ambicao tecnica e adotar o nivel mais rigoroso que for realisticamente possivel dentro do orcamento, do estado da tecnologia, das boas praticas de mercado e da revisao especializada de seguranga.

Camada	Diretriz tecnica pretendida
Em transitio	TLS 1.3 sempre que possivel, HTTPS obrigatorio, HSTS, certificados validos e bloqueio de trafego inseguro.
Em repouso	Criptografia forte em bancos, backups e storage, preferencialmente com AES-256 ou padrao equivalente aprovado pelo especialista de seguranga.
Aplicacao e campos sensiveis	Criptografia adicional para campos sensiveis, documentos, cofres e segredos quando o desenho permitir, com chaves segregadas.
Chaves criptograficas	KMS/HSM ou servico equivalente, rotacao de chaves, segregacao por ambiente, menor privilegio e trilha de auditoria.
Senhas	Hash forte e salgado, preferencialmente Argon2id, bcrypt ou padrao equivalente recomendado em revisao tecnica atual.
Segredos	Secrets manager, proibicao de secrets em codigo, logs ou repositorios, rotacao de tokens e revisao de exposicao.
Identidade e acesso	MFA para administradores, RBAC/ABAC, principio do menor privilegio, segregacao por perfil e revisao periodica.
Logs e auditoria	Logs protegidos contra adulteracao, trilha de auditoria, rastreabilidade minima, alerta de eventos criticos e retencao proporcional.
Backups	Backups criptografados, testados, segregados e com plano de

	recuperacao documentado.
Cofres documentais	Cofres com controle nominal, classificacao de sigilo, auditoria, minimizacao de acesso e politicas de descarte.

Criptografia e segurancas por camadas - objetivo de arquitetura



Limite honesto da segurancas

Criptografia rigorosa e penteste qualificado reduzem risco, mas nao eliminam todo risco. Segurancas deve ser tratada como processo contínuo, com revisoes, correcoes, monitoramento, reteste e melhoria progressiva.

8. Penteste qualificado em nivel global

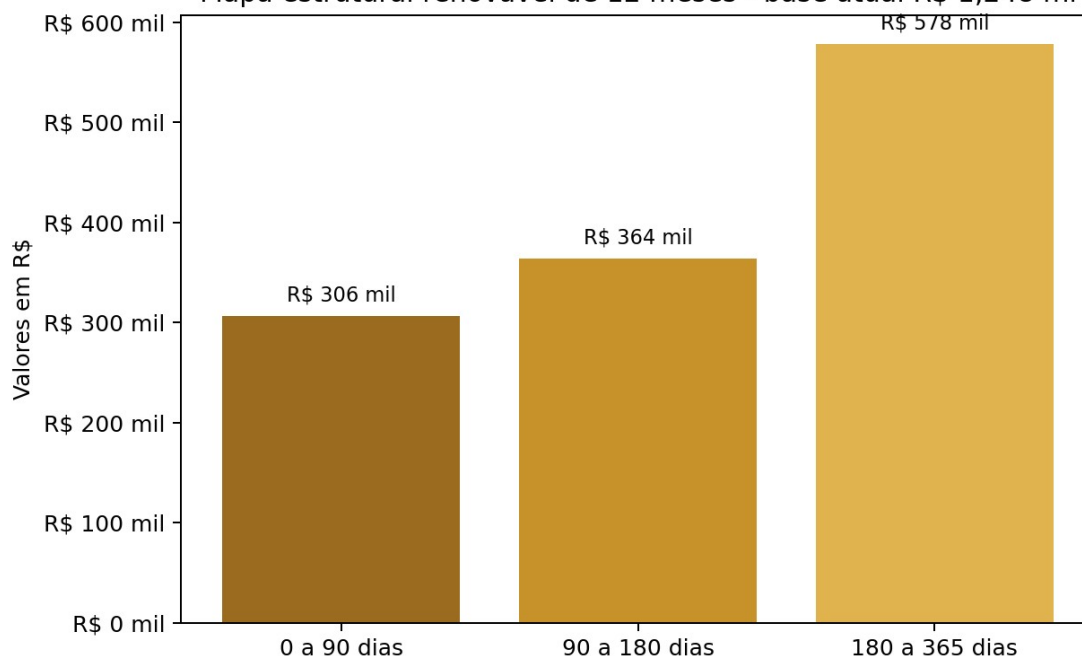
O penteste qualificado devera ser tratado como marco de maturidade antes do nascimento operacional pleno do CNPJ Software. A expressao nivel global significa que a avaliacao devera observar boas praticas internacionais de segurancas de aplicacoes, APIs, infraestrutura cloud, autenticacao, autorizacao, exposicao de dados, gestao de segredos e resposta a incidentes.

- Escopo minimo: aplicacao web, APIs, autenticacao, autorizacao, banco de dados, armazenamento, integracoes, infraestrutura cloud, logs, secrets e fluxo de documentos.
- Entregavel esperado: relatorio tecnico com achados, criticidade, evidencias, risco, recomendacao e prazo de correcao.
- Marco obrigatorio: correcao de vulnerabilidades criticas e altas antes de escala ampla ou exposicao de dados reais sensiveis.
- Reteste: apos correcoes relevantes, devera haver confirmacao tecnica de mitigacao.
- Complemento: revisao continua de dependencias, SAST/DAST quando viavel, hardening de cloud e politicas de resposta a incidentes.

9. Mapa estrutural renovavel de 12 meses

Como horizonte de discussao, o mapa de 12 meses organiza o uso progressivo de recursos e prioridades em curto, medio e longo prazo. Os valores devem ser entendidos como estimativas renovaveis, sujeitas a orcamentos, validacao juridica, validacao contabil, negociacao e execucao real.

Mapa estrutural renovável de 12 meses - base atual R\$ 1,248 mi



10. Proteções institucionais obrigatórias

A entrada de capital deve fortalecer a Jus 9 Tecnologia Jurídica - Software sem descaracterizar sua missão, sua governança humana, sua cautela técnica e sua responsabilidade social.

- Nenhum capitalista poderá eliminar software livre, autoria preservada, Pacote Profissional Pequeno gratuito com qualidade essencial, Jus 9 Verde ou governança humana.
- A entrada de capital deverá preservar a separação entre Software, Hardware/Implantação e Jus 9 Verde.
- A participação do capitalista não substitui remuneração de equipe, contratos especiais, Cofres, direitos de terceiros ou obrigações legais.
- Dados, Cofres, credenciais, documentos reais e segredos não devem ser tratados como moeda de parceria ou moeda de investimento.
- A missão, a segurança e a transparência devem ter precedência sobre pressão comercial.

11. Instrumentos possíveis de entrada

A forma jurídica final deve ser definida pelo jurídico e contador de ambas as partes. Nesta fase, os caminhos abaixo são apenas hipóteses de estruturação.

Instrumento	Como poderia funcionar	Cautela
Mútuo conversível	Investidor aporta recursos antes do CNPJ Software nascer ou antes da rodada definitiva e converte em participação se os marcos forem cumpridos.	Exige contrato claro, juros/correção, desconto, valuation cap, evento de conversão e tratamento em caso de não conversão.
SAFE adaptado	Instrumento simples de direito futuro de participação, se aceito pelo jurídico e adequado ao contexto brasileiro.	Exige adaptação cuidadosa, pois não deve ser copiado sem revisão jurídica local.
Opção de subscrição futura	Investidor assegura direito de entrar quando o CNPJ Software nascer e cumprir condições técnicas.	Deve definir prazo, percentual, valor, condições e perda do direito.
Aporte por fases	Liberação do valor por marcos: backend, segurança, penteste, CNPJ, pilotos e operação.	Reduz risco, mas exige metas objetivas e regras de mediação.
Escrow / conta vinculada	Parte do valor fica condicionada a marcos de segurança, jurídico ou constituição societária.	Depende de estrutura bancária/jurídica adequada e custos.
Participação direta futura	Entrada direta no CNPJ Software após constituição formal e documentos societários.	So deve ocorrer após CNPJ, contrato social, acordo de sócios, cap table e revisão jurídica/contábil.

12. Exit do investidor

O exit deve ser apresentado como possibilidade planejada, não como promessa de lucro. A Jus 9 Tecnologia Jurídica - Software deve oferecer caminhos racionais de saída, respeitando missão, segurança, governança, separação dos CNPJs e proteção de usuários.

Cenário de exit	Leitura preliminar
Recompra pela empresa ou fundador	A Jus 9 Tecnologia Jurídica - Software, o fundador ou veículo autorizado poderá recomprar a participação por fórmula futura definida em contrato.
Venda secundária autorizada	Investidor poderá vender sua participação a terceiro aprovado, respeitando direito de preferência, sigilo, missão e requisitos de idoneidade.
Conversão em rodada futura	Se a entrada ocorrer por instrumento conversível, poderá haver conversão em rodada qualificada.
Rodada futura maior	Novo investidor poderá entrar em rodada posterior, podendo gerar liquidez parcial ou reorganização do cap table.
M&A / aquisição estratégica	Venda total ou parcial para empresa de tecnologia, legaltech, regtech, govtech, educação, infraestrutura jurídica ou segurança.
Licenciamento, spin-off ou exploração modular	Retorno por exploração de módulos, licenças, integrações, produtos derivados ou spin-offs autorizados.
IPO ou evento extraordinário	Cenário remoto e de longo prazo, sem promessa de ocorrência.

13. Matriz de riscos e mitigações

Risco	Leitura honesta	Mitigação pretendida
CNPJ Software ainda não existe	A participação depende de estrutura futura.	Instrumento preliminar, jurídico, contador e condições de nascimento.
Produto em MVP	Ha demos e estrutura, mas não operação plena em escala.	Rodada por fases, pilotos, backlog, validação e cronograma.
Segurança crítica	Legaltech lida com dados, documentos, sigilo e confiança.	Criptografia, penteste, LGPD, cofres, controle de acesso e monitoramento.
Valuation estimado	Não e laudo auditado.	Transparência, marcos, revisão e negociação.
Exit não garantido	Não ha promessa de liquidez ou lucro.	Prever cenários, direitos, preferências e mecanismos de recompra/venda.
Separação dos CNPJs	Pode haver confusão entre Software, Hardware e Jus 9 Verde.	Clausula expressa de delimitação e negociações separadas.
Propriedade intelectual em organização	Ativos podem estar em diferentes repositórios, documentos, domínios ou contribuições.	Mapa de IP, cessão/licença, autoria preservada e auditoria.
Dependência de fundador e equipe inicial	Projeto ainda e fortemente conduzido pelo fundador e núcleo inicial.	Governança, delegação, documentação, rotinas e matriz de responsabilidades.

14. Propriedade intelectual, software livre e autoria preservada

Antes de qualquer consolidação de investimento, deverá ser organizado o mapa de propriedade intelectual do futuro CNPJ Software. Esse mapa deve distinguir o que pertence ao fundador, o que pertence a atual estrutura, o que será licenciado, cedido, transferido, compartilhado ou mantido como software livre com autoria preservada.

Ativo	Tratamento recomendado
Código e repositórios	Mapear titularidade, licenças, contribuidores, dependências, histórico de commits e permissão de uso.
Marca e identidade	Definir titularidade, licenciamento e uso controlado por cada estrutura.
Domínio e subdomínios	Registrar quais domínios atendem Software, laboratório, investimentos, Hardware e Jus 9 Verde.
Documentação e contratos	Separar documentos públicos, internos, jurídicos, estratégicos e materiais de investidores.
MVPs e demos	Classificar o que e demonstrativo, operacional, público, privado, reutilizável e auditável.
IA, prompts e modelos	Registrar origem, autorização, limites, riscos, governança, uso de dados e não exposição de segredos.
Software livre	Preservar autoria, licença, documentação, auditabilidade e compatibilidade com monetização responsável.
Cofres e dados	Não tratar dados, documentos reais, credenciais ou segredos como ativos transferíveis sem base jurídica e segurança.

15. Direitos e limites do investidor

Grupo	Possibilidades a negociar	Limites recomendados
Direitos econômicos	Participação em valorização, dividendos se houver, venda futura, recompra e evento de	Sem promessa de retorno, lucro, liquidez ou valuation futuro.

	liquidez.	
Direitos informacionais	Relatorios periodicos, acompanhamento de marcos, reunioes de governanca e acesso a indicadores.	Sem acesso irrestrito a Cofres, dados sensiveis, credenciais, segredos ou documentos protegidos.
Direitos politicos	Conselho consultivo, voto em materias sensiveis, preferencia ou veto limitado.	Sem controle da missao, da Jus 9 Verde, da gratuidade essencial, do software livre ou da governanca humana.
Direitos de exit	Recompra, venda secundaria autorizada, rodada futura, preferencia e mecanismos contratuais.	Sempre condicionados a contrato, legalidade, confidencialidade, missao e cap table.

16. Checklist juridico e contabil

Este checklist deve acompanhar o documento principal em reunioes com advogados, contador, investidor e consultores. Ele nao substitui parecer juridico ou contabil.

- Confirmar a natureza nao vinculante do documento e a expressao visualizacao de horizonte comum.
- Validar a delimitacao: 10% apenas sobre a futura Jus 9 Tecnologia Juridica - Software.
- Confirmar que Hardware/Implantacao e Jus 9 Verde nao entram automaticamente no investimento.
- Definir instrumento adequado: mutuo conversivel, SAFE adaptado, opcao, memorando, escrow, aporte por fases ou outro.
- Definir tratamento tributario, CNAE, contrato social, acordo de socios e cap table do futuro CNPJ Software.
- Definir direitos economicos, direitos politicos, informacionais, preferencia, anti-diluicao e materias reservadas.
- Validar clausulas de exit: recompra, venda secundaria, rodada futura, M&A, licenciamento e eventos extraordinarios.
- Validar clausulas de confidencialidade, propriedade intelectual, software livre, autoria preservada, LGPD e seguranca.
- Confirmar marcos tecnicos antes da constituicao operacional plena: backend seguro, ciberseguranca, penteste e reteste.
- Revisar se a assinatura do fundador pode constar sem gerar proposta ou obrigacao vinculante.

17. Roteiro de conversa com investidor

Etapa	Mensagem central
Abertura	Este documento e uma visualizacao de horizonte comum, nao uma proposta vinculante.
Ecosistema	A Jus 9 tem tres estruturas: Hardware/Implantacao, futura Software e futura Jus 9 Verde sem fins lucrativos.
Objeto	O convite de participacao se refere apenas ao futuro CNPJ Software.
Seguranca antes da pressa	O CNPJ Software so deve nascer com backend seguro, ciberseguranca e penteste qualificado.
Rodada	Ate R\$ 800.000,00 por ate 10%, com valuation post-money estimado de R\$ 8.000.000,00.
Uso do capital	Produto, tecnologia, IA, governanca, LGPD, pilotos, equipe, eventos e reserva tecnica.
Smart money	Capital e bem-vindo, mas conexoes, mentoria, tecnologia, mercado e seguranca tambem importam.
Exit	Cenarios previstos: recompra, venda secundaria, conversao, rodada futura, M&A, licenciamento e eventos extraordinarios.
Proximos passos	Juridico, contador, definicao de instrumento, NDA quando necessario, data room e cronograma de marcos.

18. Perguntas ao investidor

- O investidor pretende retorno financeiro puro, smart money ou uma combinacao dos dois?
- Aceita que a participacao se limite ao futuro CNPJ Software?
- Aceita que Hardware/Implantacao seja negociacao separada?
- Aceita que a Jus 9 Verde, por ser sem fins lucrativos, nao seja objeto de equity comum?
- Prefere participacao direta futura, mutuo conversivel, SAFE adaptado, opcao ou aporte por fases?
- Qual horizonte de saida espera: 3, 5, 7 ou 10 anos?
- Deseja direitos informacionais, conselho consultivo, voto ou veto limitado?
- Aceita limites expressos de acesso a Cofres, credenciais, dados sensiveis e documentos protegidos?
- Tem experiencia com legaltech, SaaS, IA, ciberseguranca, govtech, regtech, mercado juridico ou vendas B2B?
- Aceita que seguranca, criptografia e penteste sejam marcos obrigatorios antes da escala ampla?

19. Minuta-base de orientacoes para juridico

Abaixo estao os temas que o juridico podera transformar em clausulas proprias, se entender adequado. Esta secao nao e minuta contratual definitiva; e um roteiro de clausulas para avaliacao.

Tema de clausula	Diretriz preliminar
Nao vinculacao	Declarar que o documento e informativo, nao proposta, nao contrato, nao oferta publica e nao gera obrigacao.
Delimitacao do objeto	Participacao somente na futura Jus 9 Tecnologia Juridica - Software, salvo acordo expresse sobre outros CNPJs.
Condicoes precedentes	Backend seguro, ciberseguranca, penteste, LGPD, juridico, contador, CNPJ, contrato social e cap table.
Instrumento de entrada	Definir mutuo conversivel, SAFE adaptado, opcao, escrow, aporte por fases ou participacao futura.
Propriedade intelectual	Mapear, ceder, licenciar ou preservar autoria conforme instrumento proprio.
Confidencialidade	Proteger dados, Cofres, credenciais, documentacao, estrategia, codigo e informacoes nao publicas.
Governanca	Definir informacao, conselho consultivo, materias reservadas, preferencia e limites de poder.
Exit	Definir recompra, venda secundaria, rodada futura, M&A, preferencia, tag/drag, anti-diluicao e avaliacao.
Nao interferencia na missao	Proibir descaracterizacao de software livre, gratuidade essencial, governanca humana, Jus 9 Verde e seguranca.
Publicacao online	Definir o que pode ser publico, o que exige NDA e o que nao deve ser divulgado.

20. Data room e materiais de apresentacao

Como o usuario informou que nao ha, neste momento, dados ou duvidas sensiveis neste conjunto, o data room inicial podera ser publico-controlado. Ainda assim, futuras informacoes tecnicas, credenciais, dados de clientes, documentos reais, Cofres ou segredos deverao permanecer protegidos.

Material	Pode ser publico?	Observacao
Documento informativo completo aprovado	Sim, se revisado	Publicar como visualizacao de horizonte comum, com aviso de nao vinculacao.
One pager de investidores	Sim, se revisado	Boa peca de entrada rapida.
Pitch deck	Sim, se revisado	Pode ter versao publica e versao para reuniao.
Dashboard de investimentos	Sim	Manter aviso de estimativas renovaveis e nao oferta publica.
Resumo dos MVPs e demos	Sim, com cautela	Evitar expor dados reais, credenciais ou rotas sensiveis.
Cronograma de 12 meses	Sim	Tratar como horizonte e nao promessa.
Documentos societarios internos	Parcialmente	Publicar apenas versoes filtradas e juridicamente aprovadas.
Codigos, chaves, tokens e Cofres	Nao	Somente ambiente seguro e acesso restrito, quando indispensavel.

21. Publicacao online futura

Quando este documento for aprovado pelo fundador e, preferencialmente, revisado por juridico e contador, ele podera orientar novas paginas online de investimentos, governanca, transparencia, perguntas frequentes e contato com investidores. A publicacao deve preservar a mesma cautela: nao proposta, nao contrato, nao oferta publica e nao promessa de retorno.

Pagina online sugerida	Conteudo recomendado
Landing page de investimentos	Resumo da tese, rodada referencial, aviso legal, tres CNPJs, contato e botao para solicitar conversa.
Pagina de governanca e seguranca	Criptografia, penteste, LGPD, cofres, separacao de ambientes, limites de acesso e compromisso de seguranca continua.
Pagina dos tres CNPJs	Explicar Software, Hardware/Implantacao e Jus 9 Verde sem confundir participacao societaria.
FAQ do investidor	Perguntas sobre valuation, entrada, exit, riscos, instrumentos, data room, juridico e contador.
Pagina de documentos publicos	PDF aprovado, one pager, pitch deck publico, dashboard, avisos e versoes historicas.
Formulario de investidor	Coletar perfil, smart money, ticket, horizonte, experiencia, interesse e aceite de avisos.

- Toda pagina deve conter aviso de que as informacoes sao preliminares e informativas.
- Nao usar linguagem de garantia de lucro, liquidez, valuation futuro ou retorno certo.
- Separar claramente as estruturas: Software, Hardware/Implantacao e Jus 9 Verde.
- Evitar divulgar detalhes de seguranca que facilitem ataque. Publicar principios, nao segredos tecnicos.

- Criar versao publica e, se necessario, versao privada apenas apos contato qualificado.

22. Orientacoes a Codex - Charlie Juris da Costa

Quando o documento estiver aprovado, Codex - Charlie Juris da Costa devera usar este material para criar, adaptar ou revisar paginas online sem alterar a natureza juridica do conteudo. O trabalho devera priorizar clareza, seguranca, responsividade, acessibilidade, SEO responsavel e fidelidade institucional.

Tarefa para Codex - Charlie Juris da Costa	Critério de aceite
Criar/atualizar pagina /investimentos	Conteudo claro, CTA de contato, avisos legais visiveis, responsivo e sem promessa de retorno.
Criar pagina /investimentos/software	Foco exclusivo na futura Jus 9 Tecnologia Juridica - Software e na delimitacao do objeto.
Criar pagina /governanca-seguranca	Explicar criptografia, penteste, LGPD, cofres e seguranca por camadas sem revelar segredos exploraveis.
Criar pagina /ecossistema-tres-cnpj	Diferenciar Software, Hardware/Implantacao e Jus 9 Verde de forma visual.
Criar FAQ do investidor	Responder perguntas sobre entrada, exit, riscos, instrumentos, juridico, contador e data room.
Criar formulario de contato qualificado	Coletar nome, email, perfil, ticket, smart money, horizonte e aceite de natureza informativa.
Adicionar download do PDF aprovado	Link funcional, versao datada, controle de cache e identificacao de versao.
Implementar metadados e SEO	Titulos, descricoes, Open Graph, schema quando adequado e sem linguagem de oferta publica.
Garantir acessibilidade	Contraste, headings corretos, textos alternativos, navegacao por teclado e leitura em mobile.
Preparar checklist de deploy	Revisao de links, performance, seguranca, headers, backups e rollback.

Instrução de governanca para Codex

Codex - Charlie Juris da Costa nao deve transformar este documento em promessa comercial, contrato, oferta publica ou pagina de captacao irregular. Sua funcao sera adaptar linguagem, estrutura e experiencia online, preservando os avisos, a delimitacao dos CNPJs, a nao vinculacao e a necessidade de vistas juridicas.

23. Cronograma consolidado

Etapa	Prazo sugerido	Resultado esperado
Revisao final do documento unico	1 dia	PDF aprovado pelo fundador para circular internamente.
Vistas juridicas e contabeis	3 a 7 dias	Pareceres, ajustes, alertas e definicao de instrumento.
Revisao com investidor qualificado	1 a 3 reunioes	Alinhamento sobre instrumento, ticket, marcos, direitos e exit.
Definicao do instrumento preliminar	3 a 10 dias	Mutuo, SAFE adaptado, opcao, memorando, escrow ou outro.
Plano de seguranca e penteste	2 a 6 semanas	Escopo, fornecedor, relatorio, correcoes e reteste.
Constituicao do CNPJ Software	Apos marcos de seguranca	Contrato social, CNAE, regime, conta, governanca e cap table.
Publicacao online aprovada	Apos validacao do conteudo	Paginas publicas adaptadas por Codex - Charlie Juris da Costa.
Rodada formal ou conversao	Apos instrumento e marcos	Entrada/conversao juridicamente estruturada.

24. Pendencias obrigatorias antes de qualquer formalizacao

- Vistas juridicas de ambas as partes.
- Vistas contabeis e tributarias.
- Definicao do instrumento de entrada.
- Definicao do veiculo societario Software.
- Definicao do cap table e dos direitos internos potenciais.
- NDA ou termo de confidencialidade, se houver acesso a informacoes nao publicas.
- Mapa de propriedade intelectual, licencas, autoria e repositórios.
- Plano de criptografia, ciberseguranca, penteste e reteste.
- Contrato social e acordo de socios do futuro CNPJ Software.
- Politica de dados, Cofres, credenciais e limites de due diligence.

25. Declaracao institucional preliminar do fundador

Declaro, para fins exclusivamente informativos e institucionais, que este documento expressa uma visualizacao preliminar de horizonte comum para discussao sobre eventual entrada e saida de investidor na futura Jus 9 Tecnologia Juridica - Software. Esta declaracao nao constitui proposta, contrato, oferta publica, promessa de retorno, obrigacao de investimento, obrigacao de sociedade, compromisso definitivo ou renuncia a futuras revisoes juridicas, contabeis, tecnicas e negociais.

A assinatura abaixo registra apenas que o fundador autoriza este material como base de conversa, avaliacao e construcao futura, preservando a necessidade de juridico, contador, instrumentos proprios e consenso expreso das partes.

Clovis Mariano da Costa
Fundador da Jus 9 Tecnologia Juridica
Assinatura institucional preliminar para fins informativos
2026-06-26 00:00:00.00000 America/Sao_Paulo

Frase-sintese

O capital pode abrir estrada; mas nao deve comprar a bussola da casa.